

--

Município de Alpiarça	
Órgão: Assembleia Municipal	
Proposta de Ata N.º 4 /2024	
29 de abril de 2024	
Assunto: Reunião Ordinária da Assembleia Municipal	
Início da reunião: 20h40m	Término da reunião: 23h20

Presidente:

Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira

Secretários:

Alzira Maria Nunes da Cunha Marques Agostinho

Artur Fernandes Sanfona

Deputados:

1.

Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira (Partido Socialista)

2.

João André Apolinário Freilão (Coligação Democrática Unitária)

3.

Alzira Maria Nunes da Cunha Marques Agostinho (Partido Socialista)

4.

João Pedro Antunes Osório (Coligação Democrática Unitária)

5.

Abel Ferreira Melro Pedro (Partido Socialista)

6.

Anabela Feliciano da Costa (Coligação Democrática Unitária)

7.

Celestino Tomás Brasileiro (Coligação Democrática Unitária)

8.

Paulo Jorge Bento (Partido Socialista)

-
9. Marta Sofia de Oliveira Piscalho (Partido Socialista) -----
 10. Ana Rodrigues d'Almeida (Coligação Democrática Unitária) -----
 11. Artur Fernandes Sanfona (Partido Socialista) -----
 12. Ana Rita Fernandes (Coligação Democrática Unitária) -----
 13. Miguel Ângelo Félix Miranda (Coligação Democrática Unitária) -----
 14. Inês Cardoso Ferreira (Partido Socialista) -----
 15. Jorge Manuel Pereira da Costa (Representante da Junta de Freguesia) -----

Executivo Municipal:

Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes

Ana Margarida Vences Rosa do Céu

Jorge Manuel Claudino de Freitas

João Pedro Costa Arraiolos

Fernanda Precaté Amorim Cardigo

- **A Ordem do Dia foi a seguinte:** -----
- **Ponto 01 – Informação escrita da Sra. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Para conhecimento.** -----
- **Ponto 02 – Carta Social do Município de Alpiarça – Relatório Final. Para deliberação.** -----
- **Ponto 03 – Proposta da Carta Educativa. Para deliberação.** -----
- **Ponto 04 – Relatório Anual de Atividades da CPCJ. Para conhecimento.** -----
- **Ponto 05 – Proposta de Código de Conduta do Município de Alpiarça. Para deliberação.** -----
- **Ponto 06 – Construção da Unidade de Saúde Familiar de Alpiarça e Arranjos Exteriores – Aprovação do Projeto, Autorização de Despesas e Abertura de Procedimento. Para deliberação.** -----
- **Ponto 07 – Proposta para a Emissão de Autorização Prévia para Assunção de Compromisso Plurianual com a Aquisição de Apólice de Seguros. Para deliberação.** -----
- **Ponto 08 – Proposta de Aprovação da 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2024. Para deliberação.** -----
- **Ponto 09 – Revisão Orçamental n.º 2. Para deliberação.** -----
- **Ponto 10 – Prestação de Contas do Ano de 2023. Para deliberação.** -----
- **Ponto 11 – Leitura, discussão e votação das Atas da Assembleia Municipal realizadas nos dias 22 de dezembro de 2023, 29 de fevereiro de 2024 e 14 de março de 2024. Para deliberação.** -----

--- **Ponto 12 - Apresentação, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto do n.º 2 do artigo 20.º do Regimento. Para deliberação.** -----

--- **Moção “1.º de maio”, apresentada pela senhora Deputada Marta Piscalho, da Bancada do PS.** -----

--- A sessão foi aberta pela senhora Presidente da Assembleia Municipal (AM) eram vinte horas e quarenta minutos. -----

--- A senhora Presidente da AM começou por dar nota dos pedidos de substituição apresentados por membros da Assembleia, informando que os senhores deputados Mário Pereira e Rita Conim pediram suspensão de mandato, sendo substituídos pelos senhores deputados João Freilão e Inês Ferreira, respetivamente, e que a senhora deputada Rita Costa se encontra a faltar, não sendo substituída. -----

--- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

--- A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início ao primeiro período de intervenção do público, conferindo as respetivas inscrições e dando a palavra aos munícipes que manifestaram a sua intenção de intervir. Não se registaram intervenções neste período. -----

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

--- A senhora Presidente da AM abriu o período de intervenção relativamente a assuntos de relevante interesse para o Município. -----

--- Usou da palavra o senhor deputado João Osório que, efetuando previamente uma interpelação à Mesa com base no art.º 27.º do Regimento da Assembleia Municipal, referiu ter enviado à Mesa da Assembleia duas moções fora de horas, na véspera da data da presente reunião, pelo que questionou se as mesmas iriam ter acolhimento. -----

--- A senhora Presidente da AM clarificou que, de acordo com o Regimento da Assembleia, os documentos a integrar no ponto da ordem de trabalhos reservado ao efeito deverão ser remetidos pelos deputados e dar entrada na Mesa no dia útil anterior ao da realização da Assembleia, até às doze horas. Assim, e não tendo sido cumprido este preceito, a Mesa deliberou não acolher as duas moções enviadas fora de tempo pelo eleito da CDU. -----

--- Pediu, novamente, a palavra o senhor deputado João Osório considerando que, do seu ponto de vista, a redação do n.º 8 do art.º 22.º do Regimento não é absolutamente clara, quando estabelece que os membros da Assembleia deverão dar entrada de propostas para deliberação nos serviços da Assembleia Municipal até às doze horas do primeiro dia útil anterior ao da realização da reunião. Sugerindo uma revisão à redação deste ponto, mencionou que o n.º 9 do mesmo artigo também se reporta a toda e qualquer documentação a apreciar no decurso da ordem de trabalhos, pelo que chamou a atenção para a circunstância de a informação escrita da Presidente da Câmara não ter sido distribuída com a antecedência prevista na Lei e no

Regimento. -----

--- A senhora Presidente da AM, em resposta, começou por ressaltar que o Regimento, na sua atual redação, foi submetido à apreciação dos membros da Assembleia e aprovado por unanimidade. Em relação à segunda questão suscitada, deu nota de que toda a documentação respeitante aos pontos agendados para a presente ordem de trabalhos foi enviada em simultâneo, com a informação escrita de senhora Presidente da Câmara a seguir num *e-mail* à parte. -----

--- Iniciando este período antes da ordem do dia, pediu a palavra o senhor deputado Celestino Brasileiro, que realizou a intervenção que, seguidamente, se transcreve na íntegra. -----

“No 50.º aniversário da revolução, comemorar abril, afirmar e valorizar o poder local democrático”. -----

O 25 de Abril foi uma Revolução libertadora que devolveu a liberdade e a democracia ao povo português. O 25 de abril foi uma grande explosão de liberdade, mas que não perduraria sem o grande apoio popular que se seguiu. -----

Às operações programadas e depois executadas, na madrugada, pelos Capitães de Abril (grupo de militares em que predominava a patente de capitão) e que desarmaram o regime opressor, associou-se a manhã de ruas e praças de gente, pessoas que ali e então se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efetivo de mudar o rumo do seu país e, gritando, exprimiram livremente o que pensavam. -----

----*Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação, habitação e justiça para todos. Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em rutura total com elas. O que está por cumprir ou realizar não é responsabilidade de abril, mas dos que nunca se conformaram com o que teve de mais avançado, transformador e progressista, e tudo têm feito para empobrecer ou mesmo amputar expressões dessa dimensão.* -----

--- *Celebrar abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta antifascista, pela liberdade e a democracia. Celebrar abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo.* -----

--- *Por mais que reescrevam, abril foi uma revolução, não uma “evolução” ou “transição” entre regimes, um momento e um processo de rutura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava.* -----

--- *Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo.* -----

--- *Comemorar abril é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas.* -----

--- *Foi pela ação revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista da administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, conseqüentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República.* -----

--- *Comemorar abril é defender e valorizar o Poder Local e a sua autonomia, financeira e administrativa.* ----

--- *Comemorar abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas, completando assim o edifício do Poder Local com o nível regional a par dos Municípios e freguesias que está por cumprir. Comemorar abril é afirmar e defender o Poder Local no que tem de mais avançado e democrático, nas suas expressões de participação, pluralidade e colegialidade.”* ----

--- Em seguida, usou da palavra a senhora deputada Anabela Costa, que revelou ter tido conhecimento do descontentamento manifestado por alguns munícipes em relação ao modelo adotado para entrada em diversas iniciativas organizadas pelo Município, em virtude de terem de se inscrever e levantar os respetivos bilhetes com antecedência, sendo que alguns cidadãos desconhecedores desta metodologia se deslocam ao local das iniciativas e é-lhes negada a entrada. Acrescentou que a bancada da CDU também não se revê neste modelo, sendo seu entendimento que as iniciativas promovidas não são assim tão participadas que exijam um controlo tão apertado. Referiu, ainda, o descontentamento de alguns cidadãos ao terem conhecimento da cobrança de um bilhete para uma atividade direcionada a bebés. Depois, declarou que as atividades promovidas pelo Município de Alpiarça, no âmbito das comemorações do cinquentenário do 25 de abril de 1974, souberam a pouco e ficaram algo aquém do empenho que seria exigido por parte da autarquia. Focando em particular uma iniciativa enquadrada nestas comemorações que incluiu alguns escritos nas paredes, não deixou de lamentar que tenham sido escolhidas para o efeito paredes recentemente pintadas, além de se ter traduzido num ato simbólico cujo significado a maioria da população não terá entendido. Por outro lado, a ausência de uma adequada publicitação desta iniciativa por parte da Câmara Municipal levou a que alguns cidadãos pensassem, erroneamente, que esta teria sido da lavra do Partido Comunista Português. -----

--- Usou da palavra a senhora deputada Ana Rita Fernandes que começou por trazer uma questão por si suscitada na intervenção na sessão solene evocativa do 25 de abril, prendendo-se com o estado de degradação e de manifesta insegurança em que se encontra o parque infantil situado no Parque do Carril. Sobre o mesmo tema, questionou quais as razões para o parque infantil localizado junto às piscinas municipais permanecer encerrado já há longo tempo. Finalmente, indagou qual o ponto de situação relativamente ao abaixo-assinado entregue, referente ao trânsito na Rua Manuel Paciência Gaspar. -----

--- Seguidamente, interveio a senhora Deputada Alzira Agostinho que solicitou do Executivo um balanço da programação das comemorações dos cinquenta anos do 25 de abril de 1974 em Alpiarça, sabendo-se que ainda estão agendados alguns eventos a concretizar num futuro próximo. -----

---Interveio a senhora deputada Ana d’Almeida, que efetuou a intervenção que, integralmente, se transcreve. *“No próximo dia 1 de maio comemora-se o Dia Internacional do Trabalhador. Comemorar o 1.º de maio em Alpiarça foi e é um marco importante na luta por melhores condições de vida para todos os trabalhadores. É lutar por salários justos e pensões dignas, pelo emprego com qualidade, pela qualificação dos*

trabalhadores, pela justiça social, pela paz, pela igualdade. O 1.º de maio de 1974 foi o primeiro em liberdade e, em Alpiarça, terra de gente que muito contribuiu para essa liberdade, houve uma enorme explosão de alegria. -----

---Cinquenta anos decorridos após este dia, a luta deve continuar com firmeza, não só pelo que ainda não foi conseguido, mas também para que não nos sejam retiradas algumas das conquistas já alcançadas. ----- Saudamos todos os trabalhadores que, através do seu esforço, defendem melhores condições de trabalho e exigem ter uma vida digna e com todos os direitos respeitados.” -----

- Usou a palavra o senhor deputado Artur Sanfona que questionou o ponto de situação do terreno onde se construíram os campos de petanca, junto ao Complexo Desportivo dos Patudos. -----

--- Para resposta às questões colocadas pelos membros da Assembleia, a senhora Presidente da AM deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que, começando pela intervenção da deputada Anabela Costa, explicou que a metodologia implementada, relativa à necessidade de se levantarem bilhetes junto dos serviços da autarquia para os eventos programados, mesmo aqueles de entrada gratuita, foi um procedimento adotado desde o início do corrente mandato, tendo por objetivo não só controlar o número de pessoas dentro das salas, por razões de organização dos espaços, segurança e prevenção, mas também valorizar os próprios espetáculos, respeitando as pessoas que, efetivamente, querem assistir e ter as condições indispensáveis para o efeito, como um lugar sentado, mediante essa reserva prévia. Não obstante o recurso a esta metodologia, assegurou que nenhum cidadão foi impedido de aceder a qualquer espetáculo ou evento, havendo sempre o bom senso de, a partir de um determinado horário, verificar quais os lugares não ocupados, para que as restantes pessoas interessadas possam ser devidamente encaminhadas. Relativamente ao espetáculo para bebés, esclareceu ter sido desde o primeiro momento decidido em reunião de Câmara que o mesmo teria entradas cobradas, deliberação que foi adequadamente publicitada, com o espetáculo a ser promovido como um evento pago. Indicou que, caso a deputada Anabela Costa verifique quais os procedimentos adotados em vários Municípios da região, facilmente constatará que os espetáculos promovidos são todos pagos, embora, naturalmente, com valores simbólicos, não impeditivos à presença e participação, mas com o intuito primário de valorizar o próprio espetáculo e de responsabilizar o público pela atitude adotada no interior da sala. Em relação à programação das comemorações dos cinquenta anos do 25 de abril de 1974 em Alpiarça, e aproveitando para associar a resposta à deputada Alzira Agostinho, chamou a atenção para o facto de o Município ter um ciclo de comemorações que decorre ao longo de todo o ano, com uma agenda devidamente publicitada, com um conjunto alargado de atividades organizadas pelo Município ou em parceria com outras entidades e personalidades. Enfatizou que, no âmbito destas comemorações, ainda irão decorrer ciclos de conversas sobre o antes e o depois do 25 de abril, com testemunhos daqueles que vivenciaram este período revolucionário, o lançamento de um livro de um autor de Alpiarça, exposições diversas, entre outras atividades. Reconhecendo que a avaliação dos eventos

promovidos é sempre um exercício de subjetividade, referiu que um Executivo de uma outra força política naturalmente tomaria opções distintas, todavia legítimas. Sobre a atividade que incluiu escritos nas paredes, revelou ter sido um momento simbólico imediatamente compreendido pelos cidadãos mais velhos, que viveram nos anos anteriores a 1974, uma circunstância reveladora do que a Câmara Municipal realmente pretendia assinalar. Referiu terem sido programados dois momentos que tinham como claro objetivo avivar a memória dos cidadãos que viveram este período e que imediatamente compreenderam o que se estava a passar: o primeiro, os disparos dos morteiros, que antigamente lançavam um aviso acerca da presença ou proximidade da PIDE, destinado às pessoas que estariam identificadas como resistentes ou clandestinas, o que teve um *feedback* bastante positivo por parte da população; o segundo, com as pinturas em paredes de grande visibilidade – as quais serão novamente repintadas – para ilustrar as palavras de ordem e de luta que eram escritas durante a noite, antes da revolução. Estes momentos simbólicos serviram para melhor enquadrar a transição para a explosão de liberdade comemorada no dia 25 de abril, com um mural construído livremente pelas crianças, com a orientação de um artista, com festa na rua e a apresentação da maquete da escultura que homenageará os resistentes, entre outros eventos. Passando a responder à deputada Ana Rita Fernandes, fez notar que o parque infantil do Carril se encontra no atual estado de deterioração há vários anos. No entanto, sendo que o Parque do Carril irá acolher o 1.º Festival Gastronómico dos Sabores do Campo e da Charneca Ribatejana, que se irá realizar nos dias 22 e 23 de junho, a autarquia está a preparar uma alteração substancial ao parque, que incluirá a substituição integral do parque infantil e dos sanitários, uma intervenção na zona ribeirinha e na vala, bem como na zona de estacionamento, com vista à ampliação do parque, com a colocação de uma nova zona de assador e de um forno para pão. Em relação ao parque infantil junto às piscinas municipais, explicou que o atual Executivo também já o encontrou encerrado, em virtude de não possuir as condições de segurança indispensáveis à sua abertura e utilização. Ademais, em diligências efetuadas junto de uma empresa da área, concluiu-se que nenhum dos elementos atualmente existentes naquele parque seriam aproveitáveis ou recuperáveis, pelo que a decisão lógica passará pela extinção desse parque infantil, sendo que paralelamente irá ser criado um novo parque na Reserva do Cavalo do Sorraia, com novos equipamentos, ao mesmo tempo que se procede à reabilitação de outros parques. Relativamente ao abaixo-assinado entregue na Câmara Municipal, assinalou a circunstância surreal de a esmagadora maioria dos cidadãos que o subscreveram nem sequer residirem na Rua Manuel Paciência Gaspar, sem qualquer ligação direta às alterações de trânsito introduzidas. A este respeito, informou que a Câmara Municipal promoveu um inquérito junto dos moradores desta rua, cujas respostas foram maioritariamente favoráveis às alterações introduzidas à postura de trânsito, pelo que não se perspetiva que as mesmas venham a ser revertidas. Acrescentou que, atendendo aos resultados positivos observados, a Câmara Municipal está inclusivamente a avaliar a possibilidade de introduzir alterações semelhantes noutras vias, passíveis de serem dotadas com sentido único de trânsito, de modo a garantir a

fluidez do tráfego automóvel. Sobre a construção dos campos de petanca, referiu ter-se tratado da concretização de um compromisso assumido, estando a Câmara Municipal está a realizar diligências com vista à aquisição de uma casa em madeira, que servirá como sede do Real Clube de Petanca naquele local, tendo também lançado um procedimento de hasta pública para concessão de um espaço no complexo desportivo onde irão ser construídos quatro campos de padel, com as propostas apresentadas em fase de avaliação interna. Revelou ser intenção da Câmara Municipal dotar o complexo desportivo de uma capacidade para acolher uma atividade mais regular e geradora de uma receita que possa, posteriormente, ser reinvestida na manutenção dos próprios equipamentos. -----

--- Pediu a palavra o senhor deputado João Osório que solicitou algumas informações adicionais acerca do inquérito promovido pela Câmara Municipal junto dos residentes na Rua Manuel Paciência Gaspar, nomeadamente quantas pessoas foram inquiridas e qual o número de respostas efetivamente obtidas. Manifestando-se indignado com a forma como a Presidente da Câmara classificou o abaixo-assinado remetido, declarou que inúmeros cidadãos que não residem naquela rua frequentam e passam pela mesma, visto tratar-se de um dos principais eixos da vila. Ademais, alterações à postura de trânsito numa artéria central têm naturais implicações na maioria dos residentes na vila, pelo que não será legítima a tentativa de menorizar esta iniciativa popular. Por fim, indagou qual o custo assumido pelo Município com a construção dos campos de petanca. Ademais, ressaltando ser aquela uma zona arqueológica de elevada sensibilidade, questionou se a intervenção levada a cabo e as escavações realizadas foram devidamente acauteladas junto do Instituto de Defesa do Património. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor deputado Abel Pedro que, reconhecendo a pertinência de uma eventual alteração para clarificação da redação do n.º 8 do art.º 22.º do Regimento da Assembleia Municipal, conforme anteriormente proposto pelo deputado João Osório, questionou se o art.º 21.º, referente ao período antes da ordem do dia, também será alvo do mesmo escrutínio, uma vez que, de acordo com o Regimento em vigor, este período não se destina a ser utilizado da forma como foi na presente reunião por elementos da bancada da CDU, que procederam à leitura integral das duas moções rejeitadas pela Mesa da Assembleia por não terem dado entrada no prazo estipulado pelo Regimento. -----

--- Interveio o senhor deputado João Osório que, em resposta, esclareceu que o conteúdo das moções rejeitadas foi transformado em duas intervenções distintas, no âmbito daquilo que é a livre intervenção dos membros da Assembleia neste período antes da ordem do dia, conforme consagrado pelo Regimento. -----

--- A senhora Presidente da Câmara, respondendo às questões suscitadas, comprometeu-se a remeter ao deputado João Osório o inquérito efetuado junto dos residentes na Rua Manuel Paciência Gaspar, com dados referentes ao número de pessoas inquiridas e respostas obtidas, reiterando que a maioria se manifestou totalmente favorável às alterações introduzidas à postura de trânsito naquela via. Mais explicou que tanto o abaixo-assinado como os resultados deste inquérito foram reencaminhados para a comissão de segurança

da Câmara Municipal, que procedeu à sua cabal avaliação, resultando na decisão de manter as alterações realizadas, por não se descortinarem razões tangíveis que justificassem a sua reversão, atendendo aos resultados positivos em termos de fluidez de trânsito na vila. Relativamente aos encargos financeiros com a construção dos campos de petanca, esclareceu tratar-se de um investimento ainda em curso, pelo que as contas finais ainda não estão fechadas. Comprometendo-se a enviar tal informação ao deputado, aproveitou para ressaltar que não foi efetuada qualquer escavação no local, mas apenas movimentos de terras, em intervenções para as quais foram previamente consultadas as entidades que têm tutela sobre esta área e que, inclusivamente, manifestaram a sua estupefação pelo facto de o Município de Alpiarça não ter uma Carta Arqueológica – apenas mais um exemplo de uma lacuna flagrante herdada pelo atual Executivo. Deu nota, no entanto, que já foi lançado um procedimento para a elaboração da carta arqueológica do concelho, um instrumento que também será de suma importância para a instrução de elementos no Plano Diretor Municipal. -----

--- Finalizadas as intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início à ordem de trabalhos da reunião. -----

--- ORDEM DO DIA -----

--- **Ponto 01 – Informação escrita da Sra. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Para conhecimento.** -----

--- A senhora Presidente da AM introduziu este ponto, dando a palavra aos membros da Assembleia que desejassem intervir. -----

--- Tomou a palavra o senhor deputado João Osório que requereu alguns esclarecimentos adicionais acerca de um conjunto de reuniões elencadas na informação escrita, previamente distribuída aos membros da Assembleia Municipal, aproveitando para criticar alguma informalidade na referência que é feita a alguns interlocutores nestas reuniões, completamente desajustada num documento desta natureza. Indagou acerca da visita do ex-Ministro da Administração Interna, Dr. José Luís Carneiro, a Alpiarça, no dia 21 de março, já depois da eleição do novo governo da nação. Focando uma outra reunião mencionada na informação escrita, questionou qual o ponto em que se encontra o processo de dissolução da AgroAlpiarça, bem como da integração dos seus trabalhadores e dos contratos de arrendamento dos terrenos de produção, dos quais solicitou uma cópia, em nome da bancada da CDU. Em relação à escritura definitiva do imóvel situado na Avenida de Berna, em Lisboa, questionou qual o investimento que o Município se propõe realizar, e se a Câmara Municipal pretende reter algumas das verbas resultantes da sua alienação. Também pediu um esclarecimento relativamente à apresentação da maquete da escultura que homenageará os resistentes antifascistas, obra de Armando Ferreira, uma vez que a Presidente da Câmara, em reunião de Câmara realizada em fevereiro, e em resposta a uma questão colocada pelos vereadores da CDU, revelou que a peça

escultórica tinha sido, parcialmente, destruída na sequência de um assalto, tendo o artista, na sua intervenção por ocasião da apresentação da referida maquete, invocado um problema de saúde para justificar o incidente que conduziu à destruição parcial da peça e consequente atraso na sua entrega e inauguração formal. Sublinhou ser esta uma peça muito cara do ponto de vista emocional para o povo de Alpiarça, mas também com um custo financeiro assinalável, na ordem dos 130.000€ - com um valor *per capita* mais elevado para os cidadãos alpiarcenses do que o palco das comemorações das Jornadas Mundiais da Juventude. Por fim, e sem prejuízo dos eventos e iniciativas que ainda venham a ser realizados até ao final do ano, recordou que, no seu discurso de tomada de posse, a Presidente da Câmara deu ênfase a dois momentos deveras importantes para a vila de Alpiarça, que seriam a celebração do centenário do Clube Desportivo “Os Águias” e a comemoração dos cinquenta anos do 25 de abril de 1974. Deste ponto de vista, argumentou que se o centenário do clube desportivo foi uma iniciativa meritória, mas com base sobretudo no empenho e trabalho desenvolvido pela respetiva Direção, as comemorações do 25 de abril promovidas pela autarquia, até ao momento, ficaram efetivamente aquém das expetativas. -----

---Seguidamente, interveio a senhora deputada Anabela Costa que, ainda no referente às comemorações do 25 de abril, e na sequência da sua intervenção no período antes da ordem do dia, esclareceu que as suas críticas incidem, não sobre o conjunto de iniciativas que a autarquia programou para ocorrerem ao longo do ano, mas especificamente sobre a Assembleia solene e o espetáculo que tiveram lugar no dia 24 de abril, indicando que, eventualmente, a ambição do Executivo poderia ter ido mais além, tendo em conta tratar-se da celebração do quinquentenário de uma data de enorme relevância histórica para o país e com uma inegável carga emocional para a população. -----

--- Foi dada a palavra à senhora Presidente da Câmara que, em resposta às críticas dos elementos da bancada da CDU às comemorações do 25 de abril em Alpiarça, declarou que o mais importante não será certamente a avaliação dos deputados da Assembleia Municipal, mas sim dos cidadãos, sendo que até ao momento o *feedback* da população tem sido manifestamente positivo. Em relação aos pedidos de informações sobre algumas das reuniões elencadas no documento distribuído, começou por referir que a reunião com o engenheiro Ricardo Hipólito incidiu sobre um momento que integrará as comemorações dos cinquenta anos do 25 de abril em Alpiarça, designadamente a publicação de um livro sobre uma ilustre personalidade alpiarcense, tendo sido também realizada uma reunião preparatória da exposição que contou com um conjunto de fotografias gentilmente cedidas pelo engenheiro Ricardo Hipólito, que colaborou ativamente com o Gabinete de Cultura do Município na organização desta exposição. A reunião com o senhor Rui Aniceto teve por objetivo discutir um projeto preliminar de um investimento por ele proposto, que se poderá revelar bastante interessante para o concelho. A reunião com a doutora Ana Mendes teve que ver com o desenvolvimento da Reserva Natural Local do Paul da Goux e com a formação e funcionamento da nova Associação dos Amigos da Natureza, que irá estabelecer um protocolo com o Município para efeitos de

dinamização da reserva. Já a reunião com o engenheiro António Marques relacionou-se com o acompanhamento ao desenvolvimento da Estratégia Local de Habitação. Esclareceu que o Ministro da Administração Interna do anterior Governo do Partido Socialista ainda visitou Alpiarça em pleno exercício de funções, tendo tido a oportunidade de avaliar o ponto de situação das obras no novo quartel da GNR. Relativamente à reunião com o Dr. Biscaia, explicou ser o responsável pelo acompanhamento de toda a vertente administrativa da dissolução da AgroAlpiarça, a qual já foi decretada, estando em curso os preceitos de liquidação de todo o ativo patrimonial, subsequentes à dissolução. Acrescentou que, como é do conhecimento dos membros da Assembleia, os trabalhadores que manifestaram esse desejo foram integrados no quadro da autarquia, sendo que outros optaram por ser indemnizados e seguiram outros percursos profissionais. Relativamente a este processo de dissolução da cooperativa, e sem prejuízo de uma informação mais detalhada a ser prestada assim que o mesmo alcance o seu término, adiantou terem sido saldados todos os empréstimos, salvaguardadas todas as garantias e efetivada a maior parte dos contratos de arrendamento, com recurso a hasta pública – comprometendo-se a disponibilizar cópia dos mesmos, conforme solicitado pela bancada da CDU. No que diz respeito à escritura definitiva do imóvel da Avenida de Berna, esclareceu que a Câmara Municipal não tem direito a reter quaisquer verbas resultantes da sua alienação, uma vez que tais rendimentos são titulados pela Fundação José Relvas. Acrescentou estar desde já agendada uma reunião com os representantes da fundação, com o objetivo de articular os investimentos a realizar com as mais valias resultantes desta operação, por forma a assegurar que a Fundação José Relvas continua a obter rendimentos destes investimentos, seja pela aquisição de outros imóveis, seja por uma qualquer outra visão estratégica que venha a ser apresentada pela fundação. No respeitante à apresentação da maquete da escultura alusiva aos resistentes antifascistas, declarou que a informação por si veiculada em reunião de Câmara não partiu da sua imaginação, mas de um rol de *e-mails* trocados com a advogada do artista Armando Ferreira, dos quais constam imagens que comprovam a destruição parcial da peça escultórica e a indicação de que o artista não teria condições para a refazer em tempo útil. Nesta sequência, entendeu a Câmara Municipal que seria pertinente introduzir uma adenda ao contrato de prestação de serviços celebrado, de maneira a viabilizar que, no dia 25 de abril, fosse somente apresentada a maquete da obra, para conhecimento da população, prorrogando-se o prazo de entrega da escultura, atendendo aos constrangimentos verificados, sem qualquer custo adicional para o Município. Em relação aos considerandos tecidos acerca do custo desta escultura, afirmou que, além de ser particularmente difícil e até subjetivo atribuir valor a uma obra de arte, uma peça escultórica pode ser barata ou cara consoante a importância que lhe é atribuída, sendo neste caso em particular incontornável a importância desta merecida homenagem para a população de Alpiarça, com uma peça digna, fiel à realidade que se pretende retratar, e com a qual os cidadãos certamente se identificarão. -----

Conhecimento: Foi dado conhecimento da informação escrita da senhora Presidente da Câmara. -----

--- **Ponto 02 – Carta Social do Município de Alpiarça - Relatório Final. Para deliberação.** -----

--- Foi dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, que explicou que a Carta Social do Município de Alpiarça reflete um diagnóstico social levado a cabo, projetando ao mesmo tempo os objetivos a alcançar com vista à evolução futura nesta área, tendo também por base as novas competências assumidas pelos Municípios nos domínios da ação social. -----

--- **Deliberação:** Posta a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

--- **Ponto 03 – Proposta da Carta Educativa. Para deliberação.** -----

--- Foi dada a palavra à senhora Presidente da Câmara para apresentação deste ponto, que explicou que a Carta Educativa foi sujeita a parecer da DGEstE, sendo que a presente proposta já prevê o funcionamento e inscrições no pré-escolar no Frade de Cima, a ampliação da Escola Abel Avelino para concentrar todo o 1.º ciclo do ensino básico e o não encerramento da escola no Frade de Baixo, sendo esta uma importante conquista para o concelho. -----

--- **Deliberação:** Posta a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

--- **Ponto 04 – Relatório Anual de Atividades da CPCJ. Para conhecimento.** -----

--- A senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a apresentar este ponto da ordem de trabalhos, fazendo referência à temática da constituição da CPCJ, informando ter enviado uma mensagem ao deputado Mário Pereira, com vista à ponderação da substituição de alguns representantes da Assembleia Municipal na comissão alargada da CPCJ, atendendo à sua ausência sistemática nas reuniões deste órgão, por manifesta indisponibilidade da sua parte. -----

--- Pediu a palavra o senhor deputado João Osório, incumbido pelo deputado Mário Pereira, ausente desta reunião, para transmitir a posição da bancada da CDU relativamente a este assunto, veio requerer da Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco uma informação escrita contendo o número de faltas dadas pelos representantes da Assembleia Municipal na comissão alargada da CPCJ nas reuniões realizadas no corrente mandato, com ou sem justificação, sendo com base nestes elementos que os eleitos da CDU irão ponderar uma eventual substituição do seu representante. Finalizando a sua intervenção, não deixou de considerar algo indelicada a referência efetuada pela Presidente da Mesa da Assembleia às faltas de um elemento da bancada da CDU. -----

--- A senhora Presidente da Assembleia Municipal, em resposta, clarificou não ter sido sua intenção promover qualquer ataque pessoal, sendo absolutamente legítimo que nem sempre os eleitos tenham disponibilidade pessoal para representar a Assembleia Municipal em diferentes organismos, tendo-se limitado a frisar a importância de uma eventual substituição, por forma a garantir a plena e efetiva representatividade do órgão deliberativo nestas entidades externas. -----

--- Seguidamente, foi dada a palavra à senhora deputada Anabela Costa que, sentindo-se visada e

pessoalmente enxovalhada pela referência pública efetuada pela Presidente da Assembleia Municipal, num assunto que poderia e deveria ser tratado internamente na CPCJ, fez questão de ressaltar que tem justificado todas as suas faltas, desde que as reuniões da comissão alargada da CPCJ passaram a realizar-se em formato presencial, às terças-feiras, pelas quinze horas, horário que coincide com as sessões de fisioterapia que frequenta. Tendo manifestado o seu desagrado com a resposta fornecida pela Presidente da CPCJ, quando exposto este impedimento. Declarou que, caso não seja, de facto, aceite a sua justificação de falta, a única alternativa passará pela sua substituição como representante da Assembleia Municipal na comissão alargada da CPCJ, atendendo ao impedimento naquele horário específico. Por outro lado, referiu ter marcado presença em reuniões deste órgão em que não existiu quórum, alegando que ainda assim deveria ter sido produzida uma ata da respetiva reunião. -----

--- A senhora Presidente da Assembleia Municipal clarificou apenas não ter existido qualquer conversação paralela entre si e a Presidente da CPCJ, que se limitou a remeter um *e-mail* com essa informação prestada.

--- **Conhecimento:** Foi dado conhecimento do relatório anual de atividades da CPCJ. -----

--- **Ponto 05 – Proposta de Código de Conduta do Município de Alpiarça. Para deliberação.** -----

--- A senhora Presidente da AM concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara para apresentação deste ponto, tendo esta explicado que as normas que constam deste código de conduta, um instrumento que visa dar transparência à atividade dos elementos nos órgãos autárquicos, são uma transposição da Lei, sendo a sua existência e aprovação fundamentais para a instrução de procedimentos que antes não requeriam este tipo de documentação, entre os quais candidaturas a um conjunto de financiamentos de projetos de cariz comunitário, sobretudo no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência. -----

--- **Deliberação:** Posta a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 8 votos a favor (PS), e 7 abstenções (CDU). -----

--- O senhor deputado João Osório, no uso da palavra, apresentou uma declaração de voto, justificando a abstenção da sua bancada com o facto de estar em causa um documento gestor proposto pelo Executivo, que detém a maioria na Câmara Municipal. -----

--- **Ponto 06 – Construção da Unidade de Saúde Familiar de Alpiarça e Arranjos Exteriores Aprovação do Projeto, Autorização de Despesas e Abertura de Procedimento. Para deliberação.** -----

--- A senhora Presidente da AM introduziu este ponto, passando a palavra à senhora Presidente da Câmara que, na apresentação do mesmo, explicou que na sequência da candidatura submetida ao PRR para a construção da nova USF de Alpiarça, o Município, depois de obtidos todos os documentos e pareceres obrigatórios – designadamente o parecer final sobre o projeto por parte da ARS – está em condições de lançar o procedimento concursal para a adjudicação da construção desta infraestrutura, o qual carece de

aprovação do órgão deliberativo, no que concerne aos compromissos plurianuais. Acrescentou que a construção desta Unidade de Saúde Familiar se insere num conjunto de medidas que o Município tem entendido levar a cabo na área da saúde, por serem entendidas como estruturantes para melhorar a qualidade de vida da população. Salientou que esta nova unidade de saúde terá todas as condições do ponto de vista da adequação técnica e profissional e de conforto para o exercício das atividades ligadas à saúde, constituindo, ao mesmo tempo, um instrumento de cativação para se conseguir dotar a USF de médicos de família que garantam a total cobertura da população. Adotando um procedimento proativo em vez de reivindicativo, como vinha sendo hábito no passado, a Câmara Municipal decidiu assumir a responsabilidade pela criação de condições para que, desde logo, a Unidade de Saúde Familiar pudesse transitar para Tipo B, mediante um esforço financeiro para colmatar as discrepâncias em termos de remuneração e estabelecer um sistema de incentivos à fixação de profissionais, o que conduziu à contratação de médicos em número suficiente para assegurar uma cobertura da totalidade da população com médico de família. Assim, esta nova Unidade de Saúde Familiar é o corolário deste investimento significativo realizado pela Câmara Municipal, que também terá repercussões ao nível dos arranjos exteriores do edifício, não elegíveis para financiamento no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência. Concluindo a sua apresentação, manifestou o seu contentamento e orgulho por estarem finalmente reunidas todas as condições para o lançamento desta obra, perspetivando-se que, até ao final de 2025, esta nova Unidade de Saúde Familiar de Alpiarça possa estar em pleno funcionamento. -----

--- Pediu a palavra o senhor deputado Celestino Brasileiro que solicitou um esclarecimento sobre se o projeto a implementar é um padrão para várias unidades de saúde, ou se foi planeado especificamente para aquele espaço, perguntando igualmente quais as melhorias que vão ser introduzidas comparativamente com as atuais instalações. -----

--- Para resposta, foi dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, que esclareceu que o projeto contratado pelo Município foi desenhado para o local em que irá ser edificado, acrescentando que estes projetos não se encontram padronizados, uma vez que as unidades de saúde são adaptáveis consoante a dimensão dos concelhos. Quanto às melhorias que serão introduzidas, frisou o sistema de climatização e acessibilidades que promovem uma melhor mobilidade, sendo que em termos de gabinetes, a nova Unidade de Saúde Familiar possuirá salas para esterilização, um gabinete para medicina oral totalmente equipado, uma sala de movimento para tratamentos de fisioterapia ou para sessões de preparação para partos, gabinetes médicos e de enfermagem modernos, zona de copa e vestiários, entre outras inovações que darão corpo a uma estrutura moderna, funcional e adequada à realidade atual, com capacidade para uma futura ampliação e conferindo a todos os profissionais todas as condições para exercerem a sua atividade de forma condigna e eficiente, para benefício dos utentes. -----

Deliberação: Posta a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

--- **Ponto 07 – Proposta para a Emissão de Autorização Prévia para Assunção de Compromisso Plurianual com a Aquisição de Apólice de Seguros. Para deliberação.** -----

--- A senhora Presidente da AM deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que indicou estar em causa a contratação de uma nova apólice de seguros a vigorar de 2024 a 2027, visto que se aproxima o término do contrato de prestação de seguros que vigora atualmente, para imóveis, equipamentos e viaturas do Município, pelo que os compromissos plurianuais daí resultantes carecem de autorização por parte da Assembleia Municipal. -----

--- **Deliberação:** Posta a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

--- **Ponto 08 – Proposta de Aprovação da 1.^a Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2024. Para deliberação.** -----

--- Concedida a palavra à senhora Presidente da Câmara Municipal para apresentação deste ponto, foi por esta explicado que está em causa uma medida de adequação, em termos da gestão interna do funcionamento da autarquia. Expôs que, à medida que a Câmara Municipal vai assumindo um conjunto de responsabilidades, quer por via do processo de descentralização de competências, quer no âmbito da sua capacidade própria de execução de investimentos, torna-se evidente a necessidade de robustecer o seu quadro técnico, mediante a criação de novos postos de trabalho no quadro de pessoal, minimizando o recurso a prestações de serviços em áreas que o Município poderá assegurar autonomamente. Face ao exposto, propõe-se a criação de um lugar de técnico superior na subunidade de património e unidade orgânica financeira; de um lugar de assistente operacional na área da eletricidade e manutenção de equipamentos eletrónicos; de um lugar de assistente técnico na área de medidor orçamentista; de um lugar de assistente técnico na área de apoio administrativo, no gabinete de obras municipais, unidade orgânica de urbanismo, obras municipais, ambiente e serviços urbanos; de três lugares de assistente técnico no gabinete de obras particulares, na unidade orgânica de urbanismo, serviços técnicos e fiscalização; de um lugar de assistente operacional no gabinete de ação social e saúde, na unidade orgânica de ação social, saúde, veterinária e saúde pública; de um lugar de técnico superior e um lugar de assistente operacional, ambos na Casa dos Patudos, museu de Alpiarça; e de um lugar de assistente operacional na Reserva Natural do Cavalo do Sorraia, na unidade orgânica de turismo e empreendedorismo. -----

--- Interveio o senhor deputado João Osório que anunciou, antecipadamente, o voto de abstenção da bancada da CDU, uma vez que a proposta em apreço também se enquadra nas opções gestionárias de um Executivo maioritário. Chamou a atenção, porém, de um lapso de redação na proposta, que subsistiu desde o momento em que a mesma foi apreciada em reunião de Câmara, carecendo de correção. -----

--- **Deliberação:** Posta a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 8 votos a favor (PS) e 7 abstenções (CDU). -----

--- **Ponto 09 – Revisão Orçamental n.º 2. Para deliberação.** -----

--- Foi dada a palavra à senhora Presidente da Câmara para apresentação deste ponto, que passou a explicar que o Município considera importante dotar alguns espaços verdes com equipamentos que lhes confirmem melhores condições de utilização e fruição. Assim, a presente revisão orçamental também contempla a abertura e dotação de uma rubrica que não constava originalmente no Plano Plurianual de Investimentos, para aquisição dos referidos equipamentos. -----

--- **Deliberação:** Posta a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 8 votos a favor (PS), e 7 abstenções (CDU). -----

--- **Ponto 10 – Prestação de Contas do Ano de 2023. Para deliberação.** -----

--- Introduzido este ponto da ordem de trabalhos pela senhora Presidente da Assembleia Municipal, e colocando-se a senhora Presidente da Câmara à disposição dos membros da Assembleia para a prestação de quaisquer esclarecimentos solicitados, foi dada a palavra ao senhor deputado João Osório, que principiou a sua intervenção enaltecendo a qualidade da apresentação técnica deste documento, por parte dos funcionários da autarquia. Depois, passou a destacar alguns dos aspetos mais relevantes dos documentos de prestação de contas, chamando a atenção para uma taxa de execução do Plano Plurianual de Investimentos que em 2023 se ficou pelos 72,62%, com uma taxa de execução global da despesa de 62,42%. Solicitando um esclarecimento acerca do que considera ser uma discrepância no que concerne às despesas com pessoal, indicou que o documento apresentado pela Câmara Municipal, na pág. 26, refere um aumento dos encargos com recursos humanos, traduzindo-se em 55,10% do total da despesa corrente – 4.271.705,75€, resultando num aumento, em termos absolutos, de 529.496,29€, comparativamente com o ano de 2022 – justificado, essencialmente, com a aplicação da Lei n.º 84, que aprovou medidas de valorização dos trabalhadores em funções públicas, nomeadamente um aumento do valor base remuneratório. No entanto, no relatório do revisor oficial de contas, este mesmo incremento de despesa é justificado pelo processo de transferência de competências, pelo que questionou qual a razão para esta aparente incongruência. Por outro lado, questionou o contrassenso de associar a um aumento expressivo dos encargos com pessoal no quadro da autarquia um incremento também significativo no que concerne ao recurso a trabalhos especializados. Finalizando a sua análise aos documentos de prestação de contas, fez notar que a percentagem de execução orçamental alcançada em termos de PPI fica a dever-se, em grande parte, a elevados níveis de execução em rubricas com uma dotação pouco significativa, os quais inclusivamente ultrapassaram as expetativas iniciais, como aconteceu no caso das intervenções na zona industrial (com rubrica orçamentada em 14.400€, com uma execução efetiva de 15.134€).

--- Para resposta às questões colocadas, foi dada a palavra à senhora Presidente da Câmara que começou por identificar um lapso na análise levada a cabo pelo deputado João Osório, assinalando que a execução global

da despesa nunca poderia ser de 62%, uma vez que a mesma tem de ser sempre superior a 80%. Clarificando cabalmente esta matéria, referiu que em 2022 a execução da despesa atingiu os 12.600.000€, com 88,44% de grau de execução orçamental, sendo que em 2023 a execução global da despesa ascendeu a 13.164.000€, correspondendo a uma taxa de 90,42%. Relativamente às despesas com pessoal, esclareceu que o aumento verificado nesta rubrica tem diversas justificações: a valorização dos trabalhadores, em termos de atualizações salariais – deixando a ressalva de que as mesmas são inteiramente suportadas pelo Orçamento Municipal, quando deveriam ser dotadas através das transferências do Estado. Ressalvando que o impacto do processo de descentralização de competências nos domínios da educação foi mínimo no Município de Alpiarça, uma vez que a maior parte dos colaboradores já estavam afetos ao quadro de pessoal da autarquia, aditou que a rubrica de despesa com pessoal também foi afetada pela necessidade de recrutamento de novos profissionais para robustecer o quadro técnico da Câmara Municipal, pela evolução do salário mínimo nacional, pelos aceleradores de carreira aplicados aos funcionários e pelas atualizações de carreiras concretizadas que, inclusivamente, mereceram um reconhecimento amplamente positivo por parte dos dirigentes do STAL. Declarou que, embora se verifique um aumento substancial das despesas com pessoal, esta área tem tido um reflexo muitíssimo positivo naquilo que é a atividade da autarquia e o serviço prestado à população. Relativamente à contratação de serviços externos especializados, explicou que, apesar do mencionado robustecimento dos quadros técnicos e dos gabinetes e serviços da Câmara Municipal, ainda subsistem carências impossíveis de colmatar com recurso exclusivo aos quadros internos da autarquia, como sucede, por exemplo, ao nível do acompanhamento das candidaturas a projetos comunitários, ou da elaboração de diversos documentos e instrumentos de gestão do território, além de outros serviços mais complexos, que já não estarão a ser assegurados com a mesma eficiência por colaboradores próximos da idade de aposentação ou em situação de baixa médica prolongada. Por outro lado, também vincou que os níveis de execução alcançados estão dependentes de fatores que, muitas vezes, escapam ao controlo da Câmara Municipal, como a diminuição de receitas cobradas por via da cobrança dos impostos diretos, ou os constrangimentos associados a um processo eleitoral que resultou na eleição de um novo Governo, com impacto, por exemplo, na avaliação de candidaturas submetidas. A título exemplificativo, indicou que a candidatura para a construção da nova unidade de saúde foi submetida em julho ou agosto de 2023, com o respetivo processo de avaliação a prolongar-se por um período muito além do razoável, para um projeto a executar até junho de 2025, com óbvias consequências em termos da execução física destes projetos orçamentados. Como nota final, congratulou-se com o facto de a Câmara Municipal de Alpiarça estar paulatinamente a consolidar a sua situação financeira e a diminuir o endividamento, com os dados macroeconómicos a apontarem para condições muito favoráveis para garantir a sustentabilidade e desenvolvimento futuro do concelho. -----

Deliberação: Posta a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 8 votos a favor (PS), e 7 abstenções (CDU). -----

--- **Ponto 11 – Leitura, discussão e votação das Atas da Assembleia Municipal realizadas nos dias 22 de dezembro de 2023, 29 de fevereiro de 2024 e 14 de março de 2024. Para deliberação.** -----

--- **Deliberação:** Postas a votação, as atas foram aprovadas por unanimidade dos presentes nas referidas reuniões. -----

--- **Ponto 12 - Apresentação, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto do n.º 2 do artigo 20.º do Regimento. Para deliberação.** -----

--- A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos membros da Assembleia para apresentação de documentos. -----

--- **Foi apresentada uma moção intitulada “1.º de maio” pela senhora Deputada Marta Piscalho, da Bancada do PS.** -----

--- Usou da palavra o senhor deputado Celestino Brasileiro que, expressando a sua plena concordância com o conteúdo da moção apresentada, declarou que a mesma teria maior força e abrangência se fosse subscrita por todos os membros da Assembleia Municipal de Alpiarça e não apenas pelos deputados municipais da bancada do Partido Socialista. -----

--- Interveio em seguida o senhor deputado João Osório, declarando que a bancada da CDU se revê inteiramente nesta moção que, eventualmente teria ainda mais significado se apresentada pelos eleitos da CDU, visto que não foram estes que estiveram mais de trinta anos no poder desde o 25 de abril, não levando à prática a correção das injustiças mencionadas. A este respeito, afirmou ser o Partido Socialista, com as suas práticas governativas nos últimos anos, o único responsável pela ascensão do Partido Chega nas mais recentes eleições legislativas. -----

--- O senhor deputado Abel Pedro, no uso da palavra, declarou que o PS é um Partido democrático, pelo que obviamente irá aceitar a sugestão do deputado Celestino Brasileiro, congratulando-se com o facto de a bancada da CDU se rever integralmente na moção apresentada. Respondendo ao deputado João Osório, afirmou que a Assembleia Municipal não é o fórum adequado para aulas de história, acrescentando que a representatividade da extrema direita no parlamento não ocorre por vontade expressa do Partido Socialista, que se assumirá sempre como um Partido de esquerda moderada. -----

--- Pediu a palavra a senhora deputada Anabela Costa que, secundando a posição dos restantes membros da sua bancada, expressou a sua satisfação por ver vertidas na presente moção as questões relacionadas com a Lei da Parentalidade que ainda carece pleno cumprimento, num trabalho que deve ser implementado em base diária. -----

Finalmente, tomou a palavra o senhor deputado João Osório que convidou os eleitos do Partido Socialista, que se assumem como defensores dos direitos dos trabalhadores, a marcarem presença na manifestação que irá ocorrer no 1.º de maio, em Santarém, tendo a senhora Presidente da Assembleia Municipal replicado que a participação nessa manifestação depende inteiramente da livre vontade de cada um dos eleitos. -----

---**Deliberação:** Posta a votação, a moção foi aprovada por unanimidade, com as alterações propostas. -----

--- **PERÍODO DO PÚBLICO** -----

--- Terminada a Ordem do Dia, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início ao segundo período destinado à intervenção do público. Não se registaram pedidos de intervenção. -----

--- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** -----

--- A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora deputada Alzira Agostinho para leitura da minuta da ata, a qual foi, posteriormente, colocada à discussão e votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada pela senhora Presidente da Assembleia Municipal de Alpiarça, eram vinte e três horas e vinte minutos do dia 29 de abril de 2024. -----

--- Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----

--- Presidente da Mesa Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira _____

--- 1ª Secretária Alzira Maria Nunes da Cunha Marques Agostinho _____

--- 2º Secretário Artur Jorge Fernandes Sanfona _____

Alpiarça, aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro. -----

A Presidente da Assembleia Municipal _____

1.ª Secretária _____

2.º Secretário _____



Celebrar o 1º de Maio é, para além de celebrar a luta pelo trabalho digno, é também relembrar os trabalhadores de Chicago que morreram nas ruas em luta pela redução da jornada de trabalho, das treze para as oito horas diárias, e que, desde o congresso internacional de França, em 1891, são homenageados.

Foram factos históricos que transformaram o 1º de Maio no Dia do Trabalhador, como também é histórico e longo o caminho para a igualdade entre homens e mulheres trabalhadores, já muito se fez mas o trabalho não está concluído.

Assim, o 1º de Maio de 2023, deve honrar a memória daqueles que lutaram para que as atuais gerações pudessem viver de forma mais digna, como também manter a centralidade da temática da Igualdade do Género no mundo do trabalho. Por um Portugal mais igualitário, pensando sempre em seguir juntos sem deixar ninguém para trás, que não existam discriminações, não exista qualquer tipo de assédio, pela melhoria contínua das condições de trabalho.

A bancada do Partido Socialista, na Assembleia Municipal de Alpiarça, saúda o 1º de Maio, esse dia não será só um dia para comemorar e homenagear mas servirá também para podermos todos refletir sobre os desafios que existem no mundo do trabalho, num constante diálogo de forma a podermos construir os consensos necessários para a efetiva resolução dos problema que ainda existem.

27 de abril de 2023

Bancada do Partido Socialista